

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Gestão de Conjuntos em Moçambique: o caso da Baixa da Cidade da Beira

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: Fátima Maria Guilherme Dionísio Chale

Maputo, 2015

GESTÃO DE CONJUNTOS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA BAIXA DA CIDADE DA BEIRA

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane por Fátima Maria Guilherme Dionísio Chale

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Albino Pereira de Jesus Jopela**

Maputo 2015

	O Júri:		
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
_____	_____	_____	____/____/____

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Siglas.....	iv
Resumo	vi
Capítulo 1 - Introdução	12
1.1.Definição do problema.....	12
1.2.Objectivos	2
1.2.1.Objectivo geral.....	2
1.2.2.Objectivos específicos	2
1.3.Importância do estudo.....	2
1.4.Delimitação do objecto de estudo	4
1.5.Métodos de estudo	7
Capítulo 2 - Significado Cultural e Gestão de Conjuntos em Moçambique	9
2.1.Quadro teórico-conceptual: significado cultural e gestão do património.....	9
2.2.Gestão de conjuntos em Moçambique: exemplo da Ilha de Moçambique.....	12
Capítulo 3 - Significado Cultural do Conjunto da Baixa da Cidade da Beira.....	15
3.1.Enquadramento histórico do conjunto da Baixa da cidade da Beira.....	15
3.2.Descrição do conjunto da Baixa da cidade da Beira	21
3.3.Significado Cultural do Conjunto Histórico da Baixa da Cidade da Beira.....	26
a) Valor arquitectónico.....	26
b) Valor histórico	28
c) Valor social	28
4.Estado de Conservação do Conjunto da Baixa da cidade da Beira.....	29
4.1.Factores naturais da deterioração do património cultural edificado	29
4.2.Factores humanos da deterioração do património cultural edificado.....	30
4.3.Autenticidade	31
4.4.Integridade	33
Capitulo 4 - Gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira.....	34
4.1.Quadro legal e institucional para a gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira	35
4.2.Efectividade do quadro legal e institucional do conjunto da Baixa da cidade da Beira.....	36

Capítulo 5 - Considerações finais	38
5.1.Referências bibliográficas.....	40
Entrevistas.....	43
Anexo - Guião de Entrevistas	43
Parte I - Identificação da pesquisadora	43
Parte II - Identificação do entrevistado	43
Parte III - Parte interessada, objetivo da entrevista e questionário	43

Índice de Ilustrações

- Figura 1. Mapa indicando a localização da cidade da Beira no contexto de Moçambique. 9
- Figura 2. Mapa da localização do conjunto da Baixa da cidade da Beira (bairro Chaimite) em relação a outros bairros da cidade da Beira 10
- Figura 3. Vista parcial do conjunto da Baixa da cidade da Beira. 11
- Figura 4. Limites do Bairro Chaimite/baixa da cidade da Beira 11
- Figura 5. Imagens do edifício da Standard Bank 22
- Figura 6. Tribunal Judicial 23
- Figura 7. Banco Nacional (anteriormente designado Banco Nacional Ultramarino). 24
- Figura 8. Estação dos Caminhos de Ferro da Beira na década de 1960 25
- Figura 9. Mapa da Baixa da cidade da Beira indicando o património edificado 26
- Figura 10. Praça do Município da Beira. 27
- Figura 11. Edifício do ARPAC (antigo Clube Chinês) 28
- Figura 12. Edifício da Cadeia Civil. 29
- Figura 13. Casa dos Bicos 29
- Figura 14. Escola do Chaimite, antiga Pensão Castanheira. 30
- Figura 15. Conselho Municipal da Beira, em cortesia Frederic. 30
- Figura 16. Vista frontal do exterior da Estação dos Caminhos de Ferro da Beira. 32
- Figura 17. Vista interior da Gare da Estação dos Caminhos de Ferro da Beira. 32
- Figura 18. Exemplo de um imóvel afectado pelo crescimento da vegetação na sua estrutura 34
- Figura 19. Casa Vermelha (Casa Portugal) em ruínas, em parte, devido ao abandono 35
- Figura 20. Antiga Beira Clube antes da reabilitação. 36
- Figura 21. Actual Central do Banco Internacional de Moçambique (BIM) (antiga Beira Clube) 37
- Figura 22. Edifício do Ex-almoxerifado. 37

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui a minha investigação pessoal estando incluídas no texto e na bibliografia as fontes consultadas.

Fátima Maria Guilherme Dionísio Chale

Maputo, 2015

Dedicatória

À memória dos meus pais, pessoas que mais amei na vida e muito cedo partiram para junto do nosso Criador.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado a vida e sobre tudo saúde para cumprir esta jornada.

Agradeço ao meu supervisor Albino Jopela por ter acreditado neste trabalho e pelas suas contribuições que muito ajudaram para a realização desta pesquisa. Aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), pela paciência e ensinamentos que me foi transmitida durante 4 anos na academia. O meu agradecimento é extensivo a todos os profissionais das instituições que gentilmente facilitaram o processo de recolha de dados, especialmente ao dr. Frederic Zacarias, Delegado Provincial do Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC-Sofala), ao Sr. Agostinho Varela do Departamento Património Cultural Sofala (DPCS) e ao Sr. Domingos Zacarias, professor de dança na Casa Provincial de Cultura Sofala (CPCS).

Agradeço igualmente a minha família, em especial os meus irmãos António Chale, Inês Chale, Pedro Chale, Guilhermina Chale, Domingos Chale, Honório Chale, Melú Chale e Maria Chale pelo incomensurável apoio. Espero que este trabalho sirva de inspiração para todos eles. De igual modo agradeço aos meus tios Chico Ngome , Mauro , Luís Chale e João Chale e a minha cunhada Melita Dionísio que durante todo este tempo me deram apoio e carinho para que eu pudesse prosseguir com os estudos. Sou grata igualmente a mana Amélia Sumbane e ao cunhado Domingos Bihal, por me terem acolhido em sua casa como filha e irmã. Meu muito obrigado ao meu namorado Nicodemos e a família Naene pelo apoio e amor.

Agradecimento especial as minhas amigas e aos meus amigos, Emília Nhanguilunguane, Marta Mateus, Luísa Rendição, Albertina Vungo, Crescília Bila, Raquel Bonde, Hortência Mugole, Kátia Torres , Cecília Mequenene, Farença Estevão, Aida Albino, Glória Duarte, Emílio Brito, Manuel Tole, Orlando Tuco-Tuco , Jaime Pechiço, Gildo Sumbane, Halano Bihal, Noel Mugole , Celso Taibo, Elmano Gamela, Sebastião Nhamitambo, Ismail Atilimuara e Augusto pelo apoio durante a longa jornada. Aos meus colegas de turma na Universidade Eduardo Mondlane, em particular Adriano Mazembe, Edson Guambe, Orlando Gulube, Mariano Saraiva, Crimildo

Chambe, Katita Mihé, Maida Tete, Suzana Muchanga, Yara Da Cruz e Anésia Asse pelos inúmeros momentos partilhados durante o processo de aprendizagem.

A todos que directa e indirectamente contribuíram para a materialização deste trabalho, muito obrigada pela ajuda e compreensão!

Siglas

ARPAC - Instituto de Investigação Sociocultural

CFM - Caminhos de Ferro de Moçambique

CMCB - Concelho Municipal da cidade da Beira

CPCS - Casa Provincial de Cultura Sofala

DAA - Departamento de Arqueologia e Antropologia

DNPC - Direcção Nacional do Património Cultural

DPECS - Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala

DPCS – Departamento do Património Cultural de Sofala

CMRHM - Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

PCE - Património Cultural Edificado

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VCU - Vereação de Construção e Urbanização

VECJD - Vereação de Educação Cultura Juventude e Desporto

Resumo

O presente trabalho intitulado “*Gestão de Conjuntos em Moçambique: O Caso da Baixa da cidade da Beira*” é resultado da pesquisa realizada no âmbito da cadeira de Trabalho de Culminação de Estudos de curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural. Este estudo visa essencialmente reflectir sobre o significado cultural e a gestão dos edifícios históricos, em especial do conjunto da Baixa da cidade da Beira.

Sendo um dos conjuntos históricos mais antigos de Moçambique, a Baixa da cidade da Beira é caracterizada por distintos estilos arquitectónicos que são fonte de reprodução do conhecimento da história do país no que diz respeito ao urbanismo. O conjunto da Baixa da cidade da Beira é considerado como um espaço atractivo e dinâmico da vida urbana devido às diversas actividades que nela se exercem bem como o valor social e cultural da cidade. Devido a sua importância do ponto de vista cultural o conjunto da Baixa da cidade da Beira é protegido pela Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, sobre a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural.

Este estudo constatou, de entre outros elementos, há deficiência na difusão do significado cultural deste conjunto, visto que uma parte da comunidade local tem estado indiferente em relação há todo um processo de conservação deste conjunto e por outro lado devido a questões partidárias há uma deficiência na colaboração entre o Conselho Municipal da Beira e a Direcção do Património cultural de Sofala no que concerne a disseminação do património cultural edificado.

Esta dissertação pretende contribuir para uma melhor compreensão do significado cultural da Baixa da cidade da Beira bem como chamar atenção para as questões relativas a gestão deste importante conjunto do património cultural Moçambicano.

Palavras-chave: Conjuntos, Gestão do património, Baixa da cidade da Beira.

Capítulo 1 -Introdução

Os conjuntos históricos urbanos (parte histórica das cidades) ou cidades históricas no seu todo adquiriram, desde a última metade do século XX, um estatuto importante na cultura e na vida das sociedades modernas dado o valor histórico e arquitectónico atribuído ao seu património edificado. Devido ao seu valor patrimonial, os conjuntos históricos constituem actualmente ícones do turismo cultural a nível mundial sendo que uma das preocupações das entidades responsáveis pelo património cultural tem sido a adopção de estratégias para a protecção e promoção destes conjuntos (Bandarim e van Oers 2012:5). Em Moçambique, muitas políticas e estratégias já foram traçadas e adoptadas com vista a disseminação do património cultural no geral. A Lei nº10/88 de 22 de Dezembro (capítulo III, artigo 4), sobre a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, aponta como estratégia de promoção do património cultural a criação de órgãos locais como associações no seio das comunidades. A Resolução nº 12/2010 de 27 de Abril, sobre a Política de Monumentos tem como um dos objectivos específicos incentivar a conservação dos monumentos, conjuntos e sítios independentemente do período histórico que apresenta, categoria ou valor local, nacional e universal. Recentemente, o Plano Estratégico da Cultura 2012-2022 reconheceu a necessidade de identificação e promoção do Património Cultural Imóvel através da definição das formas de envolvimento das comunidades locais no desenho de estratégias para a valorização, promoção e divulgação do Património Cultural (Ministério da Cultura 2012:57).

1.1. Definição do problema

A Baixa da cidade da Beira é considerada conjunto devido à sua arquitectura e importância do ponto de vista histórico (Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro 1988:12). Este conjunto tem sido ao longo da sua história o principal centro de comércio e de serviços públicos e privados neste ponto do País. Apesar do seu valor patrimonial, este conjunto edificado, à semelhança de muitos bens imóveis do património cultural, enfrenta vários problemas de carácter natural, estrutural e administrativo que contribuem para a sua deficiente valorização e conservação (Nguirazi 2008;

Jopela 2014). Apesar dos esforços das autoridades gestoras do património em Moçambique, conforme evidenciado pelos instrumentos normativos acima mencionados, uma primeira avaliação sugere-nos um cenário de falta do conhecimento do significado cultural e consequentemente um fraco envolvimento das comunidades na valorização do conjunto da Baixa da cidade da Beira. A este cenário adiciona-se igualmente a difícil articulação entre os diferentes actores com responsabilidade na gestão do património na cidade da Beira devido a constante disputa político entre o partido MDM (Movimento Democrático de Moçambique) que governa o Município da Beira (governo local) e o partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que controla o governo provincial e governo central. Neste contexto, o presente trabalho procura analisar aspectos referentes ao significado cultural e processos referentes à gestão de conjuntos em Moçambique tendo como estudo de caso a Baixa da cidade da Beira.

1.2. Objectivos

1.2.1. Objectivo geral

- Analisar o processo de gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira.

1.2.2. Objectivos específicos

- a) Documentar os principais elementos patrimoniais do conjunto da Baixa da cidade da Beira;
- b) Avaliar o significado cultural e o estado de conservação do conjunto da Baixa da cidade da Beira;
- c) Analisar os processos de gestão referente ao conjunto da Baixa da cidade da Beira;

1.3. Importância do estudo

Apesar do vasto e diversificado património histórico edificado existente em Moçambique, poucos são ainda os estudos de caso que se debruçam sobre aspectos referentes à promoção e disseminação como parte integrante do processo de gestão do património. A análise do significado cultural e dos processos de gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira, pretende pois contribuir para minimizar esta lacuna no nosso conhecimento sobre o assunto.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenho de estratégias mais eficazes para a disseminação e promoção do património edificado na cidade da Beira.

1.4. Delimitação do objecto de estudo

Capital da província de Sofala, a cidade da Beira é o segundo maior centro urbano do país depois de Maputo. Com uma superfície geográfica de 633 km² e uma população estimada em 436.240 habitantes (em 2008), tem como limites geográficos no distrito de Dondo a Norte, o Oceano Índico ao Sul e Este o rio Púnguè a Oeste (Figuras 1) (Chaimite 2010:9).

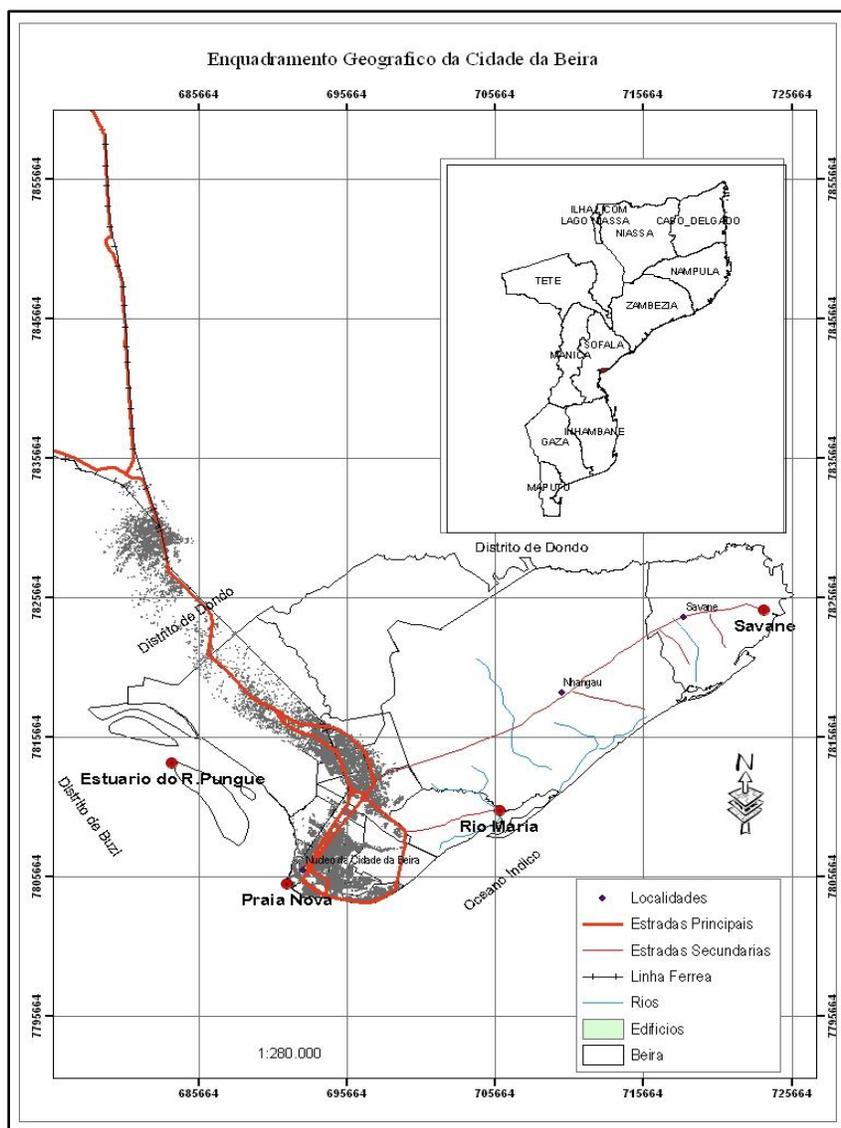


Figura 1. Mapa indicando a localização da cidade da Beira no contexto de Moçambique

(Fonte: Luís 2011:13).

A cidade da Beira possui 26 bairros, nomeadamente: Macuti, Palmeiras, Ponta-Gêa, Chaimite, Pioneiros, Esturo, Matacuane, Macurungo, Munhava-Central, Mananga, Vaz, Maraza, Chota, Alto da Manga, Nhaconjo, Chingussura, Vila Massane, Inhamizua, Matadoro, Mungassa, Ndunda, Manga Mascarenha, Muave, Nhangau, Nhangoma e Chonja (ver figura 2) (Chaimite 2010:10).

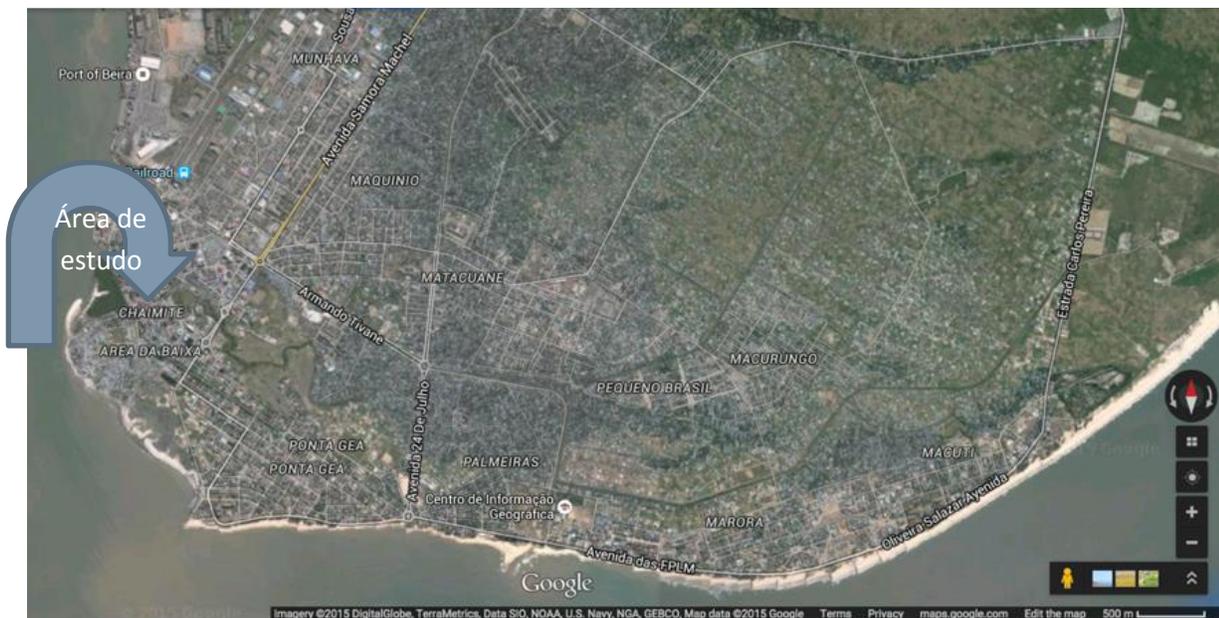


Figura 2: Mapa ilustrando a localização do conjunto da Baixa da cidade da Beira (bairro Chaimite) em relação a outros bairros da cidade da Beira (Fonte: <https://www.google.co.za/maps>, 24 Agosto 2015).

O Bairro Chaimite também conhecido por baixa da cidade da Beira tem como limites a bairro Maquinino a Norte, a Este e Sul oceano Índico e Ponta-Gêa a Oeste. O conjunto da Baixa da cidade da Beira apresenta as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: $19^{\circ} 51' 27''$ S e Longitude: $34^{\circ} 51' 32''$ E (Macamo 2003:91) (Figura 3 e 4).



Figura 2. Vista parcial do conjunto da Baixa da cidade da Beira. (Fonte: http://xirico.com/c_htm/tri/beira1.php, 1 de Setembro 2015).

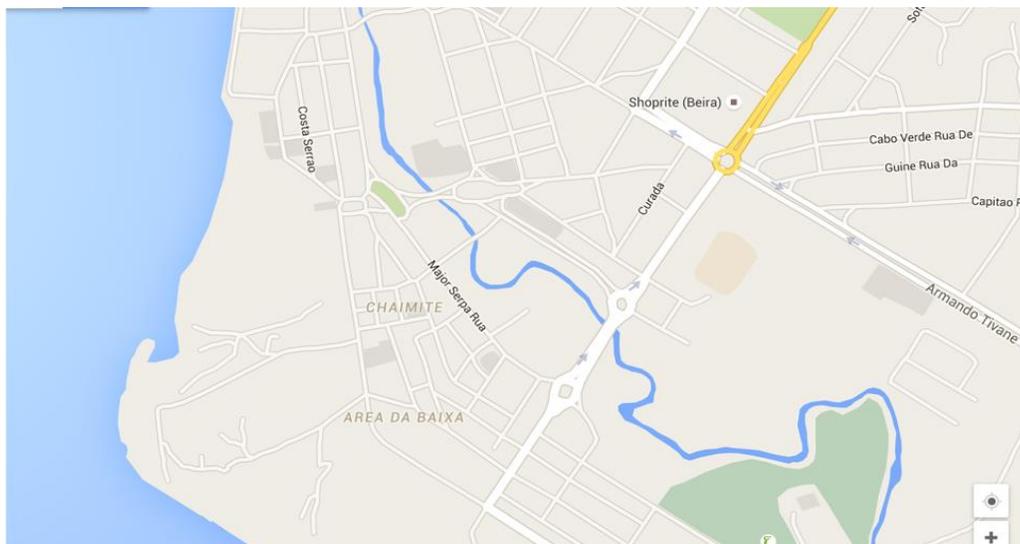


Figura 3. Limites do Bairro Chaimite/baixa da cidade da Beira

(Fonte: <https://www.google.co.za/maps>, 24 Agosto 2015).

1.5. Métodos de estudo

O trabalho contemplou três componentes distintas. A primeira centrou-se na pesquisa bibliográfica e documental em instituições que dispõem dos materiais para a temática em estudo. A pesquisa bibliográfica teve como principais focos: o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), a biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Delegação Provincial de Sofala do Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC-Sofala), a Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala (DPECS), a Casa Provincial de Cultura de Sofala (CPCS), bem como artigos publicados em revistas científicas disponíveis na Internet.

A segunda componente correspondeu ao trabalho de campo, que consistiu na recolha de dados por meio de entrevistas e através da observação directa. As entrevistas foram semiestruturadas, orientadas por um guião com as principais questões da pesquisa (ver guião de entrevistas em anexo 1). As entrevistas foram feitas na cidade da Beira dirigidas a informantes considerados principais actores na preservação e disseminação do património cultural, nomeadamente: o Concelho Municipal da Cidade da Beira (CMCB), a DPCS e o ARPAC-Sofala. As entrevistas abrangeram igualmente os utentes de alguns imóveis da parte do conjunto da Baixa da cidade da Beira, como é o caso de residentes, comerciantes, funcionários das instituições que ali funcionam, bem como visitantes de alguns locais de interesse público do conjunto da baixa da cidade da Beira.

A terceira e última componente do trabalho consistiu na análise dos dados e redacção da dissertação que se apresenta estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde aos textos introdutórios constituídos por definição do problema, objectivos de estudo, importância de estudo, delimitação de objecto de estudo e os métodos usados para a realização do trabalho. O segundo capítulo refere ao quadro teórico-conceptual na qual são explanadas as palavras-chave (património cultural, conjuntos, Significado cultural e gestão do património) que orientam este trabalho, bem como o exemplo de gestão de conjuntos em Moçambique o caso da ilha de Moçambique. O terceiro capítulo trata da apresentação do objecto em estudo onde são apresentadas as diferentes fases da evolução do conjunto da Baixa da cidade da Beira, bem como

a apresentação de alguns elementos patrimoniais, suas funcionalidades e o estado de conservação dos edifícios históricos que formam o conjunto da baixa da cidade da Beira. O quarto capítulo reflecte os assuntos relacionados com a gestão do conjunto em Moçambique, em especial do conjunto da baixa da cidade da Beira, apresentação do quadro legal institucional do objecto em estudo bem como o funcionamento do quadro que rege o conjunto da baixa da cidade da Beira. O quinto e último capítulo e diz respeito às constatações feitas no trabalho de campo e serão sugeridos estudos futuros e ainda neste capítulo serão apresentadas as referências bibliográficas e por fim anexos.

Capítulo 2 -Significado Cultural e Gestão de Conjuntos em Moçambique

2.1. Quadro teórico-conceptual: significado cultural e gestão do património

Património cultural pode ser entendido como sendo um conjunto de bens tangíveis e intangíveis que constituem a herança de um grupo de pessoas e que reforçam emocionalmente o seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como característicos da própria comunidade (Jopela 2014:6). A Lei nº10/88 de 22 de Dezembro sobre a protecção de bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, define o património cultural como sendo “um conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana” (Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro 1988:11). Os bens culturais materiais subdividem-se em móveis e imóveis. Por sua vez, o património cultural imóvel subdivide-se pelas categorias de monumentos, conjuntos, sítios e elementos naturais. Os monumentos incluem, de entre outros, construções e “edifícios de valor histórico que testemunham a convivência no nosso espaço territorial de diferentes culturas e civilizações tais como as feitorias Árabes, templos Hindus, mesquitas, igrejas e capelas, antigas fortalezas e outras novas obras de defesa, edifícios públicos e residências, do tempo da implantação colonial, e da época dos prazeiros ou das companhias majestáticas” bem como “edifícios de particular interesse arquitectónico” (Ministério da Educação e Cultura 2007:12).

Conjuntos são grupos de edifícios que devido à sua arquitectura, homogeneidade ou inserção na paisagem tenham importância sob o ponto de vista histórico, artístico ou científico. Em Moçambique designam-se conjuntos as zonas antigas das principais cidades como é o caso do conjunto da Baixa da cidade de Maputo, o conjunto da Baixa da cidade da Beira, núcleos urbanos antigos como Ibo e a Ilha de Moçambique (Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro 1988:12). Significado cultural é entendido como sendo um produto social complexo, originado pela ligação de diversos valores, que um grupo de pessoas atribui a um bem, e que não podem ser isolados uns dos outros. Estes valores podem levar a avaliação da importância do património cultural especificamente o património edificado, partindo de um conjunto de critérios de relevância cultural de cada comunidade, o que permitirá determinar a importância da conservação do

património edificado (Mason 2004: 64). Para Zancheti e Hidaka (2014:6) o significado cultural de um conjunto urbano é determinado por meio de análise de cada edifício que compõe o conjunto e uma posterior combinação entre a história, o contexto, a identificação dos valores que a comunidade atribui. Por seu turno, Russell e Winkworth (2001:35) afirmam que a avaliação da significância depende de critérios como a originalidade/autenticidade do edifício, a sua integridade, exemplaridade estes permitirão fazer as comparações necessárias, entre as significâncias dos edifícios.

Segundo a Carta de Burra, desenvolvida pelo Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Austrália, o significado cultural ajuda a identificar e avaliar os atributos do património cultural bem como assegurar a integridade, a originalidade do património cultural para as gerações vindouras e presentes usufruírem do seu conhecimento (ICOMOS-Austrália 1999:5; Ribeiro e Lira 2009:6). Neste sentido, o significado cultural constitui uma importante ferramenta que auxilia o processo de tomada de decisões referentes a conservação, protecção e a classificação do bem patrimonial (Ndoro 2001:8). Por exemplo, a Carta de Burra considera o uso de um bem imóvel como sendo compatível desde que as atribuições desse imóvel, mesmo que funcionalmente diferentes da concepção e uso original do imóvel, respeitem ou estejam em consonância com o significado cultural do imóvel (ICOMOS-Austrália 1999:10). Assim os vários actores sociais que intervêm na conservação do património devem saber avaliar a compatibilidade das funções atribuídas a um determinado bem patrimonial bem como os danos que podem advir nas transformações físicas desse mesmo imóvel durante e após o processo de remodelação do imóvel para que o mesmo possa desempenhar novas funções (Pedrosa 2011:60).

Ndoro (2001:21) considera que por mais que o património seja conhecido, protegido por lei e proposto para uma conservação participativa, é indispensável a avaliação da sua significância pois só através desta se pode determinar a forma mais apropriada e correcta de conservar o valor patrimonial desse mesmo bem. Neste sentido, a determinação do significado cultural é tida como o primeiro passo com vista a correcta e eficiente gestão de um bem patrimonial (Pedrosa 2001:105). Nesta mesma linha de pensamento, Jokiletho e Fielden (1998:17) defendem que a gestão do património cultural deve ser antecipada por uma análise do significado cultural como forma de preservar os seus valores.

Gestão do património é entendida como um conjunto de processos que visa não só cuidar do local (monumento, estação arqueológica, local histórico, paisagem e sua área circundante), incluindo os bens culturais tangíveis e intangíveis associados, como também reter e manter o seu significado cultural (Ndoro 2001:7; Jopela 2014:7).

Uma boa política de gestão deve basear-se no significado cultural, portanto deve integrar e permitir a participação das comunidades depositárias do património na gestão desse mesmo bem patrimonial (ICOMOS-Austrália 1999). Segundo Gusmão (2004:112), o envolvimento da comunidade no processo de gestão do património cultural deve ser entendido como um sistema de comunicação informal e uma relação mútua com os gestores formais do património cultural. Para a gestão de qualquer património cultural é importante a participação da comunidade local e que esta seja de uma forma organizada. Por seu turno, Chirikure e Pwiti (2008:469) defendem que o processo de gestão do património baseado no significado cultural de qualquer que seja o património cultural deve estar alicerçado em princípios democráticos de modo que a comunidade local seja incorporada no processo e de definição de políticas que possam ser mais abrangentes. Por isso, é importante a participação das comunidades locais durante os processos de elaboração e implementação dos planos de gestão para bens do património (Pwiti & Mvenge 1996:824). Contudo, Munyaradzi (2003:220) alerta para o facto de que em muitos casos, o nível da participação comunitária não é clara e em outros casos as estratégias de gestão são pré-elaboradas pelos gestores profissionais e posteriormente impostas as comunidades depositárias do património que se quer preservar.

Em Moçambique existem vários conjuntos nos quais uns apresentam como um bom exemplo de gestão dos mesmos, sendo assim a Ilha de Moçambique um desses conjuntos. Foi classificado Património da Humanidade pela UNESCO e com longa história de conservação, constitui um exemplo útil para compreender como as questões de gestão de conjuntos podem ser tratadas em Moçambique, em particular para o conjunto da Baixa da cidade Beira.

2.2. Gestão de conjuntos em Moçambique: exemplo da Ilha de Moçambique

Em Moçambique a gestão formal do património cultural iniciou em Fevereiro de 1943 com a aprovação do Diploma Legislativo nº 825 e posterior criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM) em 1947. A CMRHM estava encarregue de investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia (Macamo 2006:222). Por conseguinte, a gestão do património foi concebida como acções de protecção ou defesa dos monumentos contra as intempéries e acções descuidadas por parte da sociedade (Jopela 2006:34). Em termos ideológicos, a gestão do património era dominada pelo paradigma colonial, visando essencialmente preservar os vestígios da presença portuguesa em Moçambique. As publicações na revista *Monumenta* constituem um exemplo ilustrativo desta postura da CMRHM (Macamo 2006:231; Jopela 2006:35). Desde 1947 a Ilha de Moçambique passou a estar sob o cuidado da CMRHM. Para garantir a preservação do núcleo urbano da Ilha de Moçambique, em 1955 este foi classificado como imóvel de interesse público, com excepção da zona ocupada por construções sem carácter permanente que a respectiva Câmara Municipal delimitasse. Foram então definidas algumas medidas relacionadas com as intervenções arquitectónicas a fazer. Posteriormente em 1960 e 1970, a CMRHM realizou diversas acções de preservação do património incluindo a criação de museus na Ilha de Moçambique (Museu de Artes Decorativas e Museu da Marinha no Palácio de São Paulo e Museu de Arte Sacra nos anexos da Igreja da Misericórdia) (GACIM 2010:116).

Com a Independência Nacional em 1975, o sector Estatal da Cultura, através do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNMA) levou a cabo as primeiras medidas de conservação dos monumentos e do património edificado em geral, da Ilha de Moçambique. Em 1978 o SNMA iniciou a Campanha de Preservação e Valorização Cultural, com vista a preservar o património cultural na construção da sociedade pós-colonial. Esta campanha, apesar de ter contribuído grandemente para o levantamento geral do património cultural em todo o país, os problemas da gestão - entendida como conservação, restauro e apresentação de bens culturais - foram fracamente abordados (Jopela 2006:36). Por outro lado, o regime de propriedade em Moçambique passou desde a Independência, por duas fases legislativas de objectivos

socioeconómicos distintos: a primeira fase, entre 1976 e 1991, caracterizada pela Nacionalização de imóveis (ao abrigo do Decreto-Lei n° 5/76 de 5 de Fevereiro de 1976, com o objectivo de abolir o sistema de segregação racial resultante do regime colonial no meio urbano) e a segunda, a partir de 1991, caracterizada pela alienação de imóveis (ao abrigo da Lei n° 5/91 de 9 de Janeiro de 1991, com objectivo de reduzir os custos na manutenção do parque imobiliário estatal). Estas duas fases tiveram grande impacto nas estratégias de gestão definidas para o parque imobiliário e por isso mesmo se considera que influenciaram a gestão do património cultural (especificamente os conjuntos urbanos) em Moçambique (Rodgers e Hougaard 2012:15).

Com a criação da Secretaria do Estado da Cultura em 1982, criou-se igualmente o Serviço Nacional do Património Edificado, do qual fazia parte o Departamento de Monumentos. Um dos exemplos de participação comunitária na gestão de conjuntos urbanos foi a constituição da Associação de Amigos da Ilha de Moçambique (AAIM), com o objectivo de apoiar a conservação da Ilha de Moçambique (GACIM 2010:117). Contudo seria pertinente que este exemplo fosse tomado em consideração no conjunto da Baixa da cidade da Beira. Em 1988 promulgou-se a Lei n° 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. O significado cultural do conjunto urbano da Ilha de Moçambique, associado aos esforços de valorização de conjuntos urbanos por parte do Governo, fez com que fosse classificado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), como Património Mundial da Humanidade em 1991 (Macamo 2005:233). Desde então, vários projectos e programas com vista a disseminação do significado cultural e gestão da Ilha de Moçambique foram implementados. Por exemplo, entre 1997 e 1998 o Ministério da Cultura em coordenação com a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) preparou um Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integrada da Ilha de Moçambique, tendo resultado num documento base com linhas mestras para um Plano Director de Gestão da Ilha de Moçambique (GACIM 2010:119).

Entre 2007 e 2009, a UNESCO coordenou a primeira fase do projecto de reabilitação da Fortaleza de São Sebastião que se centrou na consolidação estrutural, restauração das áreas mais críticas do imóvel bem como a prestação de infra-estruturas sociais básicas como foi o caso da

construção de uma cisterna para provimento de água as comunidades locais (Eloundou e Weydt 2009). Entre 2009 e 2010 o Ministério da Cultura desenvolveu, em colaboração com parceiros nacionais (Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM), Museu Nacional de Etnologia de Nampula, Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), Cruzeiro do Sul e Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, José Forjaz Arquitectos Comunidade da Ilha de Moçambique (os Ilhéus) e internacionais, (Fundo Mundial para o Património Africano (AWHF), Centro do Património Mundial da UNESCO, Programa África 2009/CRAterre-ENSAG, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) (GACIM 2010). O Plano de Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique que desde então tem funcionado como instrumento de planificação, implementação e monitoria de todas as actividades, com impacto directo ou indirecto no património cultural, com vista à interpretação, conservação, divulgação e promoção efectivas do Sítio. As várias entidades intervenientes na gestão foram envolvidas no processo de preparação do referido Plano como forma de assegurar uma implementação coerente e coordenada das diversas actividades que possam contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentável Ilha de Moçambique (GACIM 2010:24).

Capítulo 3 -Significado Cultural do Conjunto da Baixa da Cidade da Beira

3.1. Enquadramento histórico do conjunto da Baixa da cidade da Beira

Algumas fontes Árabes fornecem informações sobre a costa oriental Africana a partir do primeiro para o segundo milénio AD. Para o período inicial, Al-Mas'udi menciona os povos falantes das línguas Bantu (referidos como Zanj) presentes na costa oriental Africana, em especial em Sofala, cerca de 916-917 AD (Macamo 2006:35). De facto, o primeiro milénio foi marcado pelo movimento das primeiras comunidades de agricultores e pastores da África ocidental em direcção a região Austral do continente Africano. Estas populações eram falantes das línguas Bantu, praticavam a agricultura (cultivo do sorgo, milhete) e pastorícia (gado bovino, ovino e caprino), fabricavam a olaria e trabalharam o ferro, estando organizadas em pequenas comunidades permanentes (Macamo 2004:1; Macamo 2006:42). Contudo, acredita-se que o nome Sofala empregue nas crónicas dos navegadores Árabes não corresponde geograficamente a actual região de Sofala, mas sim uma vasta região costeira com vários entrepostos comerciais como é o caso de Chibuene na província de Inhambane (Macamo 2006:37). A região de Sofala é igualmente mencionada nas fontes Árabes como o entreposto comercial por onde era escoado ouro e ferro por volta do século X AD (Departamento de História 2000:1). Apesar dos trabalhos arqueológicos levados a cabo por Ron Dickinson entre 1969 e 1970 e Gerhard Leisegang 1972 em Sofala, pouco ainda se sabe sobre a Arqueologia desta região, especialmente sobre as primeiras comunidades de agricultores e pastores.

A partir do século XVI a descrição sobre os povos e actividades na região de Sofala aparece nas várias crónicas/fontes Portuguesas, tendo este fundado à feitoria de Sofala em 1505 (Newitt 2009:3-4). As cidades costeiras de Sofala eram habitadas por populações Swahili e falantes do Árabe que mantinham ligações comerciais com Kilwa, Mombaça e Melinde (Quénia) e trocaram suas mercadorias com o Estado Monomotapa (Macamo 2006: 39). A cidade da Beira emana assim uma história marcada pela sua localização e aspectos geográficos (físicos-naturais). De facto, a sua localização junto ao estuário do Rio Pungué está associada a vias de acesso ao Estado de Monomotapa e atribui-se a baía de Sofala uma região importante para o comércio desde o tempo pré-colonial (Ferrnandeset. al 2010:1).

De acordo com Muchangos (1989:30) os antecedentes do surgimento da cidade da Beira são datados de 1884, altura em que o Governo colonial, visando garantir a efectiva ocupação das margens do Púngué, entre os rios Zambeze e Save, através do Decreto de 14 de Julho de 1884, o comando militar do Aruângua (nome que antecede a cidade da Beira, também era conhecido como Bangoé) em 1887, construiu o posto militar na “Zona do Chiveve”, local onde viria a constituir-se o porto da Beira. No entender de Macamo (2003:91) a origem da sua construção foi devido a necessidade de defender a população da região das frequentes espoliações e retaliações do exército Nguni liderado por Gungunhana. A cerimónia da inauguração do Posto que era sede do comando militar teve lugar no dia 20 de Agosto de 1887. O termo oficial da sua instalação deu início à construção da futura cidade da Beira. Deste posto nasceu a povoação a que se chamou a Beira, em honra ao Príncipe da Beira, D. Luís Filipe. Importa frisar que o desenvolvimento da cidade da Beira está ligado a Companhia de Moçambique que foi uma companhia majestática da colónia de Moçambique, fundada em 1891 com direitos de soberania delegados pelo Estado e que tinha a concessão das terras que abrangem as actuais províncias de Manica e Sofala (Departamento de História 2000: 307-312).

A primeira fase da evolução da cidade foi entre os anos 1887-1899, período marcado por uma ocupação do território sem plano (de forma desordenada). Os materiais de construção usados eram locais passando a utilizar-se a madeira e zinco em 1891-1892 e o grande impulsionador foi Luís Inácio (comandante do primeiro posto militar que se instalou na Baixa da cidade da Beira). O núcleo urbano inicial da Beira desenvolveu-se numa faixa estreita entre o Pungué e rio Chiveve. Em 1892 é declarada povoação urbana e é concessionada pelo Estado à Companhia de Moçambique (Magalhães 2012:2). A instalação do posto militar, a construção da linha-féria 1893 e o seu funcionamento em 1899 contribuíram para o alargamento urbano nas duas margens do rio Chiveve. Em 1896 aparecem as primeiras construções utilizando o tijolo. Construções de edifícios com duplas funções: residência e comércio (Morais s/d:58). As construções de alvenaria na Baixa da cidade começaram em 1897 século XIX e o edifício ex-almoxarifado foi o primeiro a ser erguido. Importa referir que antes o material de construção era a madeira e zinco. A linha-féria foi de grande importância para as trocas comerciais entre a Companhia de Moçambique e a *British South Africa Company* (BSAC) na então Rodésia do Sul (actual Zimbabwé), servindo o porto da Beira como meio de escoar os produtos e matérias-primas

produzidos no *hinterland* da colónia britânica. De facto, os investimentos feitos pela Companhia de Moçambique começaram a atrair mais famílias de colonos portugueses para a região e a cidade da Beira começou a experienciar alguma evolução nas comunicações rodoviárias e eléctricas. Em 1888 a Beira passou à categoria de vila e em 1892 capital do então Distrito de Sofala e sede do Governo do Território de Manica e Sofala (Magalhães 2012:3). Um dos imóveis emblemáticos desta fase e o edifício do *Standard Bank* (Figura 5) instalado na então Praça Dr. Araújo de Lacerda (praça dos trabalhadores). Esta é uma construção de arquitectura eléctrica de 1896, primeiro edifício onde se utilizou o tijolo, num modelo clássico com dois pisos, galerias em redor e arcadas semicirculares.



Figura 4. Imagens do edifício da Standard Bank (Fonte: Pinto s/d)

A segunda fase da evolução da Beira decorreu de 1899 a 1925. Em 1900 teve início à construção da Catedral da Nossa Senhora de Rosário (Catedral da Beira), inaugurada em 1925. Nos finais de 1905 começaram os trabalhos de construção da nova ponte metálica construída na Bélgica e importada para a Beira (Morais s/d:60). Em 1907 a Beira foi elevada à categoria de cidade. Este período é exemplificado pelo estilo classicizante do edifício do Tribunal Judicial cuja construção inicia em 1907 e termina em 1911 (Figura 6) (Morais s/d:59).



Figura 5. Tribunal Judicial (Fonte: ARPAC s/d)

Um ano depois da sua elevação a cidade era inaugurada a iluminação eléctrica e, em 1911, um serviço telefónico urbano. Nessa altura tinha a Beira cerca de 3400 habitantes (destes 649 eram portugueses metropolitanos e 242 ingleses), dispunha já de dois hotéis e de dois bancos: *Standard Bank* e o Banco Nacional (Figuras 7) (Amaral 1969:79). Em 1917 deu-se a proibição de construção de casas de madeiras e zinco no centro urbano (Morais s/d:59).



Figura 6. Banco Nacional (anteriormente designado Banco Nacional Ultramarino) da Beira.
(Fonte: http://xirico.com/c_htm/tri/beira1.php, 1 de Setembro 2015).

A terceira fase foi marcada pelo plano de urbanização 1925 até aos dias de hoje. Em 1925 o plano de ampliação da cidade, construção de drenagens em 1931 que se associa aos Arquitectos da geração do congresso em 1932. A Comissão de Administração Urbana da Cidade (CAUC) apresenta o primeiro plano de urbanização que prevê a consolidação da expansão da cidade em direcção a Ponta-Gêa e desta em direcção a Macúti. A CAUC funcionou entre 1925-1935 sendo substituída neste ano pela Câmara Municipal (Morais s/d:78). Com a pressão do crescimento populacional a tornar-se cada vez mais significativa e as difíceis condições de salubridade da cidade, a administração da cidade abriu um concurso em 1943 ganho pelo Arquitecto José Porto e pelo Engenheiro Joaquim Ribeiro Alegre, tendo executado o plano de urbanização a partir de 1951. Neste plano a proposta de zoneamento é bem salientada, diferenciando áreas administrativas, comerciais, turísticas e residenciais distintas para a população europeia, asiática, mista e africana. A imagem desta fase próspera da cidade da Beira é demonstrada pela construção da Estação de Caminho de Ferro da Beira, situada junto ao Porto, entre 1958 e 1966. A Estação de Caminho de ferro constitui a maior obra pública realizada nesta cidade, respondendo à necessidade de construir um grande equipamento para albergar o movimento

existente de passageiros e mercadorias do denominado “corredor da Beira” (Magalhães 2012:34).



Figura 7. Estação dos Caminhos de Ferro da Beira na década de 1960. (Fonte: Amaral 1969:98).

A cidade da Beira cresceu vigorosamente, especialmente entre 1960 e 1974. Estima-se que em 1970 a população urbana era de cerca de 89 200 habitantes subdivididos em 14 000 europeus, 5300 asiáticos (chineses e paquistaneses, em particular) e 69 900 africanos (Amaral 1969:80). A proclamação da independência, em 25 de Junho de 1975, significou uma nova fase do desenvolvimento da cidade, caracterizada pela alteração da sua estrutura socioeconómica e político-administrativa. Em 1976, Moçambique aderiu às sanções económicas impostas à Rodésia do Sul pelas Nações Unidas, encerrando o corredor “Beira-Umtali”. Em resposta, os Serviços Secretos Rodesianos organizaram e apoiaram as primeiras acções da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), com o objectivo não só de destruir as infra-estruturas das vilas moçambicanas, mas também neutralizar as bases da *Zimbabwean National Liberation Army* (ZANLA) que se situavam em Moçambique (Neves, 1998:26). Estes factores contribuíram sobremaneira para o declínio da cidade visto que o porto e o caminho-de-ferro eram a espinha dorsal da Beira.

3.2. Descrição do conjunto da baixa da cidade da Beira

Do processo histórico descrito acima, resultou o conjunto da Baixa da cidade da Beira, cujos principais imóveis estão representados no mapa abaixo (Figura 10) e alguns são igualmente ilustrados.

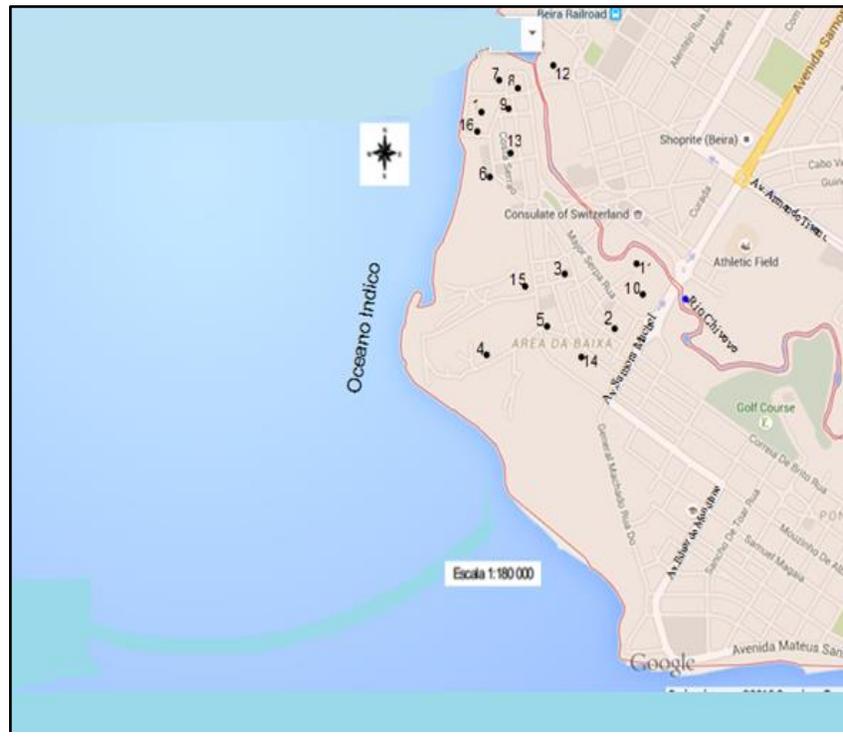


Figura 8. Mapa da Baixa da cidade da Beira indicando o património edificado. (Fonte: <https://www.google.co.za/maps>, 24 Agosto

2015 LEGENDA

1. Edifício Central do Banco Internacional de Moçambique (BIM);
2. Edifício do ARPAC;
3. Edifício da Cadeia Civil;
4. Edifício do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE);
5. Conselho Municipal da Cidade da Beira;
6. Edifício do Standard Bank;
7. Ex-Almoxerifado;
8. Edifício Infante Sagres;
9. Edifício do Tribunal Judicial;
10. Casa dos Bicos;
11. Casa Provincial de Cultura;
12. Estação dos Caminhos de Ferro da Beira;
13. Edifício do Banco de Moçambique;
14. Mercado Central;
15. Escola do Chamiite;
16. Casa Portugal ou Vermelha.

A Baixa da cidade da Beira foi construída numa zona plana e pantanosa. A grande parte da Baixa da cidade foi aterrada dando lugar a construção de edifícios. A Beira no geral é uma cidade verde, evidenciada pelas numerosas árvores ao longo das avenidas, praças, e jardins. A Baixa da cidade alberga todo o embrião histórico da cidade, o seu centro é a praça do município onde

terminam as principais ruas e que ainda mantém as características originais do coração da cidade (Figura 10). Nas proximidades da praça do município situam-se os principais edifícios dos mais variados estilos e com diversas funções tais como a administração pública, comércio, escritórios e outros serviços. Alguns destes edifícios apresentam-se ainda em estado original, apesar de terem sido restaurados (Muchangos s/d: 26).



Figura 9. Praça do Município da Beira.
(Fonte: http://xirico.com/c_html/tri/beira1.php , 1 de Setembro 2015).

A Casa Infante de Sagres, construída em 1891. Este edifício funcionou sempre como escritórios das empresas Construções Técnicas, Cafum e actualmente funciona a empresa Manica Moçambique (Morais s/d: 45). Outro dos edifícios mais antigos da Beira e a Casa Portugal, construída antes de 1900. Outrora funcionava como a central do cabo submarino que ligava as cidades de Beira e Quelimane, hoje encontra-se abandonada. Um pouco mais tarde foi erguido o edifício onde funciona actualmente o ARPAC (Figura 11) era conhecido por Clube Chinês e era um dos principais pontos de diversão na cidade (Macagno 2012:6).



Figura 10. Edifício do ARPAC (antigo Clube Chinês) cortesia de Frederic Zacarias.

O edifício da Cadeia Civil construído em 1911 e inaugurado em 1922 impõe-se pelo seu estilo gótico romântico de linhas revivalistas e os dois pisos com arcos semicirculares e janelas de vigia no parapeito (Figura 12). O edifício Central do Banco Internacional de Moçambique (BIM), outrora designado Beira Clube foi construído em 1922 pela Companhia de Moçambique, destinado à elite da Companhia, na sua maioria Ingleses.



Figura 11. Edifício da Cadeia Civil, (Fonte: Pinto s/d).

Muito mais recente é a imponente Casa dos Bicos construída em 1968, com 11 pisos projectados em diferentes direcções (Figura 13). O edifício funcionou como um ponto de convergência para artistas, empresários, estudantes entre outras forças vivas da sociedade, actualmente encontra-se degradado (Morais s/d:66).

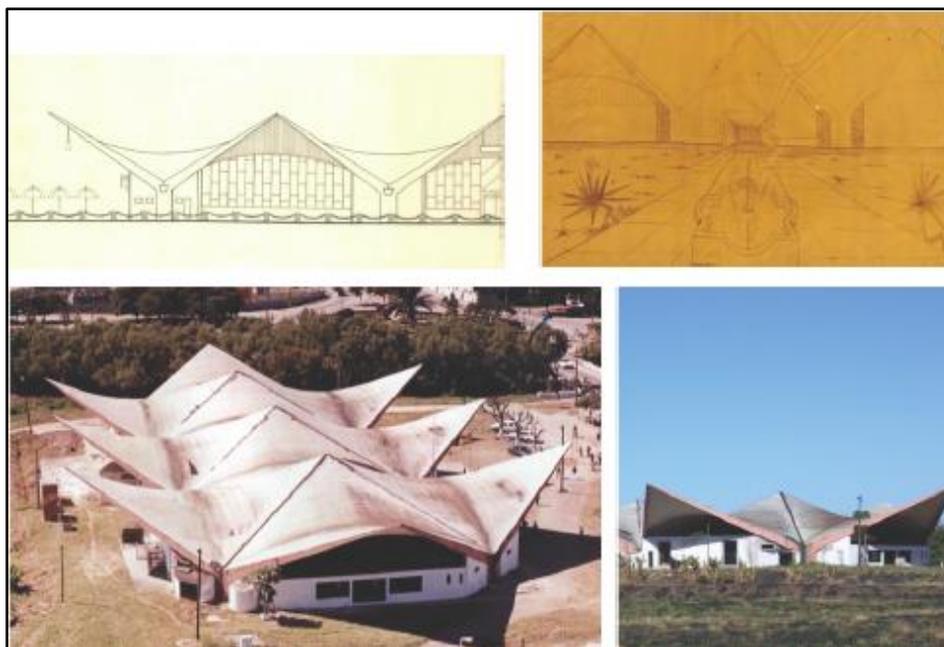


Figura 12. Casa dos Bicos (Fonte: Pinto s/d).

Igualmente emblemáticos são a Escola do Chaimite, antiga Pensão Castanheira (Figura 14) e o edifício do Conselho Municipal, antiga Câmara Municipal (Figura 15) (Morais s/d:191-204).

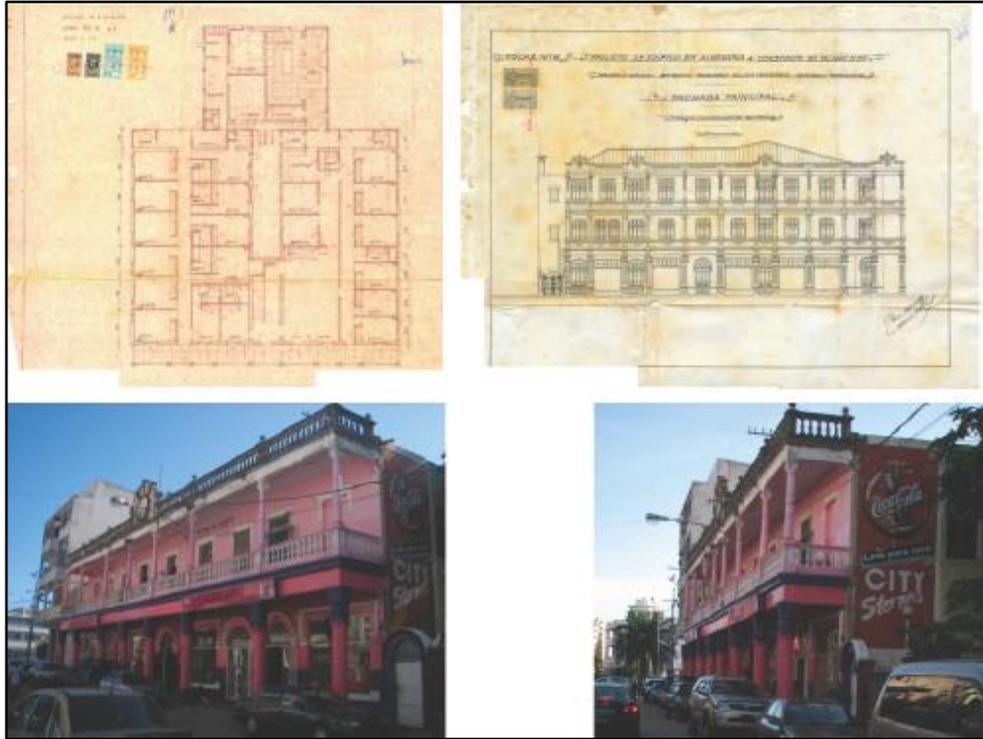


Figura 13. Escola do Chaimite, antiga Pensão Castanheira. (Fonte: Pinto s/d).



Figura 14. Conselho Municipal da Beira, em cortesia Frederic Zacarias.

Após a descrição do património cultural no conjunto da baixa da cidade da Beira no subcapítulo que se segue será apresentado o significado cultural do conjunto da baixa da cidade da Beira.

3.3. Significado Cultural do Conjunto Histórico da Baixa da Cidade da Beira

a) Valor Arquitectónico

De acordo com o inventário do Património Cultural edificado (1990:11) no conjunto da baixa da cidade da Beira existem vários edifícios com interesse histórico-cultural embora alguns se apresentem em ruínas como a Casa Portugal, Casa dos bicos, o Grande Hotel entre outros. Possui uma arquitectura bastante rica que é exemplo excepcional de uma dicotomia urbana resultante da diversidade cultural e interacção entre os europeus e asiáticos (enquanto isso, as classes médias constituídas por operários qualificados e funcionários públicos residiam no Esturro e Matacuane. O Bairro de Maquinino era habitado maioritariamente por operários, enquanto os chineses e indianos viviam nos respectivos estabelecimentos comerciais na Baixa da cidade (ARPAC s/d:8).

Os primeiros edifícios da cidade da Beira eram de estilo britânico com um piso, construídos de madeira e zinco, o seu desenvolvimento trouxe novos edifícios com mais pisos (Figura 16) (Morais *et. al* s/d:76).

A obra mais emblemática sob o ponto de vista arquitectónico e sem dúvidas a Estação dos Caminhos-de-ferro (Figuras 17 e 18). É uma obra de grandes dimensões, com um carácter monumental, de léxico formal moderno, com algumas influências formais e construtivas da arquitectura moderna brasileira. O projecto da estação de Caminho de Ferro da Beira interpreta exemplarmente as premissas de uma linguagem internacional após Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma obra madura no contexto da arquitectura moderna construída em Moçambique. A estação da Beira, para além de ser um caso exemplar do património arquitectónico moderno construído em África, mantém uma dimensão icónica e popular na cidade (Magalhaes 2012:5-6).



Figura 15. Vista frontal do exterior da Estação dos Caminhos de Ferro da Beira.

(Foto de Fátima Chale, 2015).

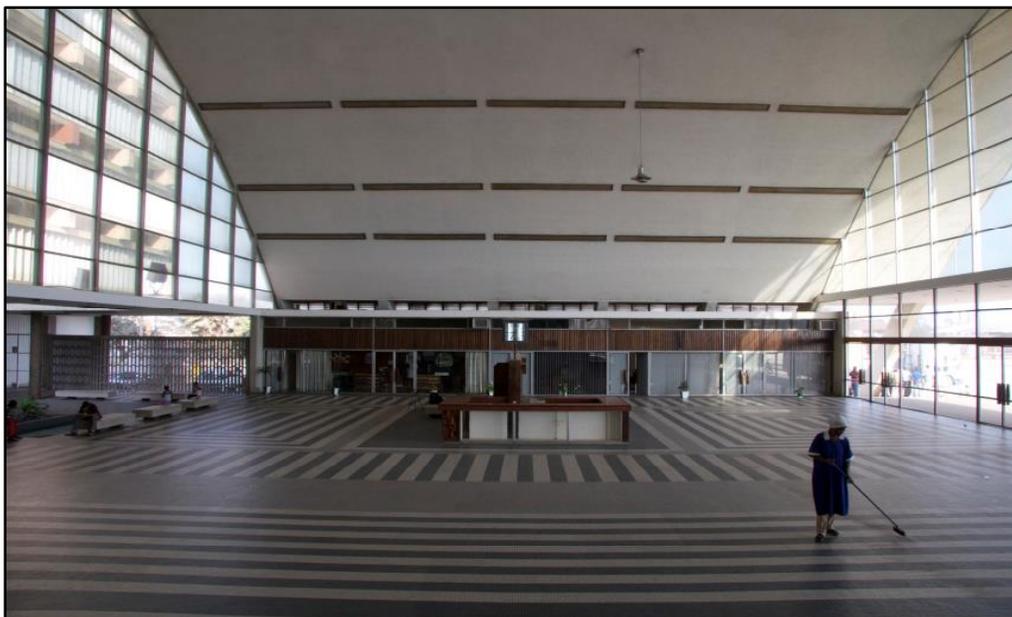


Figura 16. Vista interior da Gare da Estação dos Caminhos de Ferro da Beira.
(Fonte: Magalhães 2012:8).

b) Valor histórico

Para De lá Torre (2012: 11) este valor relaciona-se com a contribuição que o lugar tem para o reconhecimento do passado em termos do seu desenvolvimento urbano. Na visão de Rodrigues (1983:70) assim sendo o conjunto da Baixa da cidade da Beira por estar localizada num ponto estratégico tornou-se mais um lugar importante para o desenvolvimento da cidade da Beira e para a economia de Moçambique devido a construção do porto, essas actividades portuárias contribuíram que a cidade fosse chamada por algum tempo como “cidade porto”.

c) Valor social

A semelhança de muitas cidades do mundo, Beira foi adquirindo ao longo dos anos uma feição cosmopolita e um panorama cultural diversificado, onde os principais grupos populacionais eram constituídos por população local, portugueses, ingleses, indianos, chineses, etc. Estes grupos populacionais todos eles foram os actores do dinamismo surgido nesta região (ARPAC 2008:7). A presença das populações oriundas de vários pontos do mundo nesta região, deu origem a manifestações culturais expressas na dança, nos cantos, nos instrumentos musicais, na gastronomia, no artesanato, na arquitectura, que podem ser actualmente visíveis (entrevista com Domingos Zacarias Professor de dança moçambicana casa provincial de cultura Sofala em 16/10/014).

4. Estado de Conservação do Conjunto da Baixa da cidade da Beira

4.1. Factores naturais da deterioração do património cultural edificado

Para Luís (2011:17) maior parte da cidade está livre de cursos de água, somente o canal de Chiveve na Baixa da cidade da Beira, constitui um fenómeno hidrológico notável, representando ao mesmo tempo um elemento paisagístico típico da cidade, pois é circundado pelos mangais. A vegetação natural é caracterizada por terras baixas e litoral com mangais. A mistura de água salgada com água doce proveniente de rios e ribeiros, permite o desenvolvimento de um ecossistema particular que é o Mangal. Uma parte da cidade da Beira foi construída sobre as dunas e outra sobre a zona pantanosa. Verifica-se igualmente o fenómeno da erosão marinha acentuada entre Ponta Gêa e o Farol de Macúti (Fernandes *et. al* 2010:4). Os factores naturais que provocam a deterioração do património cultural imóvel estão associados as condições climáticas como o sol, a chuva e humidade estes constituem a principal causa da degradação no exterior e interior do imóvel. O facto de este conjunto estar localizado nas proximidades da costa, a sua deterioração está igualmente associado ao elevado teor de sal nas paredes dos edifícios. O crescimento de microrganismos, musgos e vegetação, criam fendas nas paredes do imóvel (CEDH/FAPF 2008:33; Morais *et. al* s/d: 120). De um modo geral, os factores naturais são as principais causas da degradação do património edificado.



Figura 17. Exemplo de um imóvel afectado pelo crescimento da vegetação na sua estrutura (Foto de Fátima Chale, 2015).

4.2. Factores humanos da deterioração do património cultural edificado

Segundo CEDH/FAPF (2008:33) quando um edifício entra em desuso, a sua deterioração acelera visto que o mesmo não beneficia de interesse e nem do cuidado como é o caso da casa de Bicos (figura 13). A falta de manutenção contribui para uma rápida degradação do imóvel. No conjunto da Baixa da cidade da Beira muitos imóveis têm funções administrativas, e nelas foram instalados ar condicionado e que a maior parte não possui um sistema de escoamento de água e assim a água escorre pelas paredes originando a deterioração das mesmas. A deterioração humana ocorre principalmente devido a negligência, o desenvolvimento urbano caracterizado pelo crescimento populacional.



Figura 18. Casa Vermelha (Casa Portugal) em ruínas, em parte, devido ao abandono. (Fonte: ARPAC s/d).

4.3. Autenticidade

A maior parte dos edifícios que tinham funções administrativas, comerciais ainda estão na mesma forma e continuam representados em termos de arquitectura do seu período de construção. No entanto, como resultado do crescente desenvolvimento económico da Baixa da cidade da Beira, alguns edifícios que constituem o conjunto da Baixa da cidade da Beira mantêm a sua originalidade como, por exemplo, o antigo clube chinês, Ex-Almoxerifado e Beira Clube (entrevista com Micas Jamisse, local da entrevista casa dos bicos 15/10/2014).

O Serviço Provincial da Cultura de Sofala através do Departamento do Património Cultural de Sofala fez um inventário dos edifícios do património cultural edificado, este exercício serviu como uma estratégia para divulgar esse património. Alguns munícipes da cidade têm o conhecimento que a Baixa da cidade da Beira é um conjunto. No entanto é importante sublinhar que nem todas as pessoas têm esse conhecimento, mesmo assim ao realizarem qualquer

intervenção no edifício mantém a estrutura original (entrevista com Agostinho Varela, chefe de Departamento Provincial de Património Cultural Sofala, local da entrevista seu gabinete em 17/10/2014).



Figura 19. Antiga Beira Clube antes da reabilitação. (Fonte: ARPAC s/d).



Figura 20. Actual Central do Banco Internacional de Moçambique (BIM) (antiga Beira Clube) cortesia de Zacarias Frederic.

4.4. Integridade

No entender de Ringback (2008: 19) os atributos importantes da arquitectura e as técnicas de numerosos edifícios encontram-se bem conservados. O projecto de reabilitação e restauro em curso de alguns edifícios históricos no conjunto da Baixa da cidade da Beira, como o caso do edifício Ex-almoxerifado que estava em ruína e recentemente beneficia de uma restauração com o intuito de recuperar a sua integridade (Figura 22).



Figura21. Edifício do Ex-almoxerifado. (Fonte: Pinto s/d).

Capítulo 5 - Gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira

Em Moçambique a DNPC é um órgão central do Ministério da Cultura que dirige e coordena a materialização das políticas dos monumentos e museus, zelando pelo cumprimento dos programas e planos que o Governo tem na área da preservação e valorização do património cultural material. Este órgão orienta-se em conformidade com as grandes linhas constitucionais e leis específicas vigentes na República de Moçambique, bem como pela observância da Política Cultural de Moçambique e estratégia da sua implementação, tendo a cultura como factor da identidade cultural e do desenvolvimento sustentável (proposta do regulamento interno da DNPC 2013:4). A DNPC procede ao licenciamento de actividades de pesquisa arqueológica e de intervenção de todos os bens do património edificado, propor os regulamentos e outras normas de aplicação da Lei de protecção do património cultural bem como as normas para o funcionamento dos serviços e instituições da área, definir as normas para a conservação e restauro de monumentos regulamentar o processo de declaração de novos monumentos e manter actualizado o inventário de monumentos, conjuntos e sítios do património cultural (Proposta do Regulamento Interno da DNPC 2013:6).

O Regulamento Interno da DNPC é dirigido por um director nacional coadjuvado por um Director Nacional Adjunto ambos nomeados em comissão de serviços pelo Ministro que superintende a área da Cultura. Os chefes de Departamento e de Repartição são nomeados pelo Secretário Permanente, sob proposta da Direcção. A DNPC é composta por dois Departamentos: Departamento de Museus responsável por planificar e coordenar a pesquisa, salvaguarda e valorização do património móvel e o Departamento de Monumentos que planifica e coordena as acções de pesquisa, salvaguarda e valorização do património cultural imóvel (Regulamento Interno da DNPC 2013:8-12).

A gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira é feita pela Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala (DPECS) através do Departamento do Património Cultural de Sofala em colaboração com o Instituto de Investigação Sociocultural delegação de Sofala (ARPAC). O Conselho Municipal da Beira deveria emitir um expediente sobre qualquer intervenção que

poderá ocorrer no património cultural edificado (PCE) ao Departamento do Património Cultural de Sofala (DPCS), sendo esta instituição responsável por todos os edifícios que constituem o património cultural edificado, por sua vez o Departamento do Património Cultural Sofala (DPC) emitiria um parecer sobre este bem devolvendo ao Conselho Municipal isto nem sempre se verifica, visto que o partido Movimento democrático de Moçambique (MDM) e quem lidera o Conselho Municipal da cidade da Beira e a Frente da Luta de libertação em Moçambique (FRELIMO) é o governo da cidade (entrevista com Agostinho Varela, o Chefe do DPECS no dia 30 de Outubro de 2014).

5.1 Quadro legal e institucional para a gestão do conjunto da Baixa da cidade da Beira

A nível nacional existe uma legislação de protecção do património cultural que abrange a todo o património cultural Moçambicano. O conjunto da Baixa da cidade da Beira é protegido pela Lei nº10/88 de 22 de Dezembro sobre a protecção do Património Cultural, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural Moçambicano como um todo, e pela Resolução nº 12/10 Política dos Monumentos que preconiza a preservação e valorização de Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, como forma de garantir a fruição pública (Ministério da Cultura 2010:64). De acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro no seu capítulo II artigo 3 no ponto 9, o CMCB é o depositário de todos os Bens Imóveis da Cidade da Beira, sendo responsável pela sua manutenção e comunicação à entidade que superintende o sector da cultura no caso concreto do Departamento de património Cultural de Sofala, sobre qualquer alteração que se pretende fazer num imóvel. O CMCB é ainda o responsável pela gestão do solo urbano, cabendo a esta instituição produzir os instrumentos que permitam a realização de qualquer tipo de actividade na zona da sua jurisdição.

No âmbito da lei 10/88 de 22 de Dezembro capítulo III, o estado moçambicano tem a responsabilidade de promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades, promover acções que visem atribuir a cada bem classificado uma função que o integre na vida social, económica, científica e cultural da comunidade e estimular a fruição do património cultural e a participação popular na protecção e conservação dos bens

culturais. Esta lei estabelece a promoção dos bens culturais através dos órgãos locais, a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens culturais. Ainda incentiva a promoção e criação de associações que se dediquem na promoção e valorização do património cultural. Esta lei estabelece também os termos de defesa e protecção dos bens culturais de outros países existentes em Moçambique, tendo em conta as obrigações decorrentes da aplicação do princípio da reciprocidade.

A Resolução nº 12/2010 de 2 de Junho sobre a Política de Monumentos tem como objecto a preservação e valorização de Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, por forma a garantir a sua fruição pública. Esta lei abrange os monumentos, conjuntos e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam. O Decreto nº 27/94 de 20 de Julho sobre o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico, define os conceitos relativos à conservação do património arqueológico e os procedimentos com vista a obtenção de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional.

5.2. Efectividade do quadro legal e institucional do conjunto da Baixa da cidade da Beira

Existe uma estrutura administrativa e institucional no Conselho Municipal da cidade da Beira que é a Vereação de Construção e Urbanização (VCU) e a Vereação de Educação Cultura Juventude e Desporto (VECJD), ambos responsáveis pela protecção e valorização da Baixa da Cidade da Beira como um conjunto. O Concelho Municipal da cidade da Beira (CMCB) é o depositário dos bens culturais imóveis a nível da Cidade da Beira. É responsável por emitir as licenças para construção, reabilitação ou qualquer outro tipo de alterações que se operem nos bens culturais imóveis da cidade. Deste argumento constata-se que nem sempre as comunidades locais respeitam este princípio ao realizarem quaisquer tipos de obras de construção na zona considerada do conjunto (Ministério de cultura 2010:70).

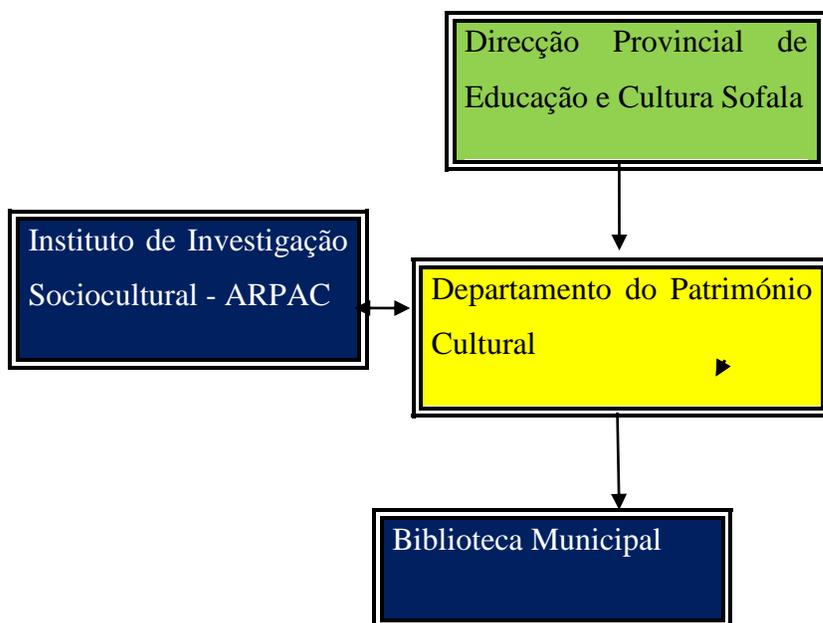


Tabela 1: Estrutura da Direção Provincial de Educação e Cultura de Sofala (DPECS) em relação ao património cultural.

As instituições que regem o património edificado ao nível da cidade da Beira trabalha de forma coordenada com vista a manter a estrutura original dos edifícios, pós estes representarem uma determinada época da história da evolução urbana da cidade (entrevista com Agostinho Varela, o Chefe do DPECS no dia 30 de Outubro de 2014).

Capítulo 6 - Considerações finais

Este estudo debruçou-se sobre a *Gestão de Conjuntos em Moçambique: O Caso da Baixa da cidade da Beira*, o principal objectivo foi analisar a gestão do conjunto da Baixa da Cidade da Beira. O estudo demonstrou que há uma deficiência no que diz respeito a difusão do significado cultural deste conjunto, visto que uma parte da comunidade local tem estado indiferente em relação há todo um processo de conservação deste conjunto e por outro lado devido a questões partidárias há uma deficiência na colaboração entre o Conselho Municipal da Beira e a Direcção do Património cultural de Sofala no que concerne a disseminação do património cultural edificado.

A Baixa da cidade da Beira é a zona mais antiga da cidade e nela podemos encontrar diversas manifestações culturais patentes no património cultural edificado e estes são testemunhos da presença de povos vindos do oriente como os árabes, chineses, portugueses, paquistaneses entre outros. Este conjunto cresceu de forma limitado, isto devido a sua configuração em forma de “U” delimitado pelo rio chiveve. Contudo ainda não existe um mapeamento e colocação de placas de identificação do património cultural imóvel com vista a disseminar o significado cultural deste conjunto e torná-lo um dos principais locais turísticos e culturais.

O conjunto é possuidor de edifícios exemplares que testemunham os diferentes períodos arquitectónicos que trazem consigo uma rica fonte de conhecimento em termos de história de arquitectura e não possui muitas edificações em estado de degradação, embora este esteja localizado numa região integrada à vida contemporânea e quotidiana da cidade e dos seus habitantes. Após a reabilitação ou restauro do património cultural edificado o mesmo pode ser atribuído a sua função original ou a uma nova funcionalidade tomando em consideração as suas características, pois isto deve ser entendido como um factor determinante para a funcionalidade compatível do edifício. É importante proteger o património edificado porque só assim estaremos a contribuir para uma postura urbana, reduzindo a violência mendicidade etc. e que as pessoas conheçam o significado cultural de modo a permitir a participação efectiva.

O valor social é extremamente importante na identificação da Baixa da cidade da Beira, os procedimentos de gestão deste conjunto devem ter um carácter mais abrangente isto é não deixar de lado a gestão informal como forma de garantir a preservação do significado cultural. Nota-se um fraco conhecimento do significado cultural do conjunto em estudo, por parte da comunidade local. Contudo, os órgãos locais responsáveis pela gestão dos conjuntos urbanos devem-se empenhar na operacionalização dos programas de promoção e protecção do património cultural edificado, estes programas devem ser altamente intensivos e em articulação com a protecção informal.

A apresentação desta monografia não deve constituir um esgotamento mais sim o início de uma nova pesquisa e que este constitui uma contribuição para os próximos estudos que forem realizados neste e nos outros conjuntos.

Referências bibliográficas

- Aissa, I. 2006. *Museus como unidades documentais: seu papel na educação da comunidade*.
- Araoz, G. F. 2011. Preserving heritage places under a new paradigm. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*:55-60.
- ARPAC. 2008. *Pequeno subsídio sobre o centenário da cidade da Beira*. Beira: Diário de Moçambique.
- Bandarin, F. e Van Oers, R. 2012. *The Historic Urban Landscape – Managing Heritage in an Urban Century*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Burra Charter 1999. *The Australian ICOMOS Charter for the Conservation of Places. of Cultural Significance*. Sidney: Austrália ICOMOS.
- CEDH/FAPF. 2008. *Plano de Urbanização da Vila do Ibo*. Cabo Delgado: GPCD/MICOA
- Chaimite, E. E. 2010. Descentralização e Competição Política: A Questão da Delimitação do Município da Beira. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Letras e Ciências Sociais.
- Chirikure, S. e Pwiti, G. 2008. Community involvement in archaeology and cultural heritage managementan Assessment from case studies in Southern Africa and Elsewhere. *Current Anthropology*: 467-485.
- De Freitas, V. P & Calejo, R. 2008. *Gestão do Património Edificado 5ª edição*.
- De la Torre, M. 2002. *Assessing the values of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- Decreto nº 27/94de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural, Boletim da República nº 29 (I).
- Departamento de História. 2000. *História de Moçambique, Volume 1 (200/300-1930)*. Maputo: Livraria Universitária da UEM.
- Diploma Legislativo nº 825, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas
- Do Amaral, I. 1969. Beira, cidade do porto indico. Lisboa: Fenistera, revista portuguesa de geografia.
- Dos Muchangos, A. s/d. *Cidade da Beira: Aspectos geográficos. Colecção cidades de Moçambique*.
- Eloundou, L. e Weydt, J. 2009 (Eds.) *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique*. Paris: UNESCO.
- Eloundou, L. e Weydt, J. 2009 (Eds.). *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique*. Paris: UNESCO-WHC.
- Feilden, B. M. e Jokilehto, J.1993. *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. ICCROM
- Fernandes, J.et all. 2010. *Utilização de metodologias integradas na produção de cartas agroambiental da cidade da beira Moçambique: Resultados preliminares*.
- GACIM 2010. *Relatório de Actividade de 2009. Ilha de Moçambique: GACIM*. Google Earth 2009. <http://earth.google.com>.
- Galdino, C. 2007. *Património Cultural: Tratamento Jurídico e sua Protecção*. R.j
- Jopela, A. 2006. Custódia tradicional do património arqueológico na província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no Distrito de Manica, 1943-2005. Tese de Licenciatura, Maputo: Departamento de História-UEM.

- Jopela, A. 2014. Definição de conceitos-chaves/ Definição do significado cultural do património cultural imóvel, In: Jopela, A. (Coord.) *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*: Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional do Património Cultural. Maputo
- Lacerda, N. e Zancheti, S.M. 2012. *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda, Centros de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI).
- Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro que determina a protecção legal de Bens Matérias e Imateriais do Património cultural moçambicano. Boletim da República nº 51.
- Liesegang, G. 1972. Archaeological Sites on the Bay of Sofala. *Azania: Archaeological Research in Africa*.7:1: 147-159,
- Luis, A. A. 2011. Aplicação dos sistemas de informação geográfica e detecção remota no monitoramento do mangal estudo de caso: Cidade da Beira.
- Macagno, L. *Os chineses da Beira, Moçambique Itinerário de uma dispersão*. Departamento de Antropologia In: Lobo, A & Bras, J. *África em movimento*. Brasília.
- Macamo, S. 2006. “*Privileged places in south central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Dengue-Mufa*”. Upsala: Studies in Global Archaeology 4.
- Macamo, S., 2004: *Early Pottery of Inhambane: 1st to 16th Centuries AD*. Maputo: German Technical Cooperation (GTZ).
- Magalhães, A. 2012. Estação de Caminho de Ferro da Beira: Apogeu e Crítica do Movimento Moderno em Moçambique. Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mason, R. 2004. *Flixing Historic preservation: A constructive critique of significance in places a for umofen vironmental design*.
- Ministério da Cultura 2003. *Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. Maputo: Ministério da Cultura/Direcção Nacional de Educação e Cultura.
- Ministério de Cultura. 2012. Plano estratégico da Cultura 2021-2022.
- Ministério de Educação e Cultura. 2010. *Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, Património Cultural Mundial*. Maputo: Direcção Nacional do Património Cultural.
- Monument. Aspects of African Archaeology - Papers from The 10th Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies, Harare: University of Zimbabwe Publications. Pp.816–822.
- Morais, J. S *et.all.s/d*. *Património arquitectónico Beira: Caleidoscópio*.
- Muchangos, A. 1989. Aspectos geográficos da cidade da Beira. In Boletim da Arquivo histórico de Moçambique: 239-296. Cidade da Beira n 6 especial.
- Munyaradzi, M. 2003. Intangible Cultural Heritage and the Employment of Local Communities” Manyanga (Ntabazika Mambo) revisited, comunicação apresentada na 14th Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS - Place, memory and meaning: presenting intangible values in Monuments and sites, Victoria Falls. Disponível na internet em: <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>, 28 de Fevereiro de 2008.
- Ndoro, W., 2001. *Your Monuments our Shrine: The preservation of Great Zimbabwe*. Uppsala. Department of Archaeology and Ancient History (studies in African Archaeology 19) Paris
- Newitt, M., 1997: *História de Moçambique*. Sintra: Europa-América.

- Pedrosa, P. C. 2011. Significância Cultural como critério para a conservação do Património Mundial. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano: Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco.
- Pwiti, G. & Mvenge G. 1996. Archaeologists, tourists and rainmakers: problems in the management in rock art sites in Zimbabwe: A case study of Domboshava National.
- Resolução nº12/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos, Boletim da República nº 22.
- Ribeiro, C. & Lira, F. 2009. *Conceitos Básicos da Conservação: Autenticidade, Integridade e Significância Cultural*. Gestão do Património Cultural Integrado ao Planeamento Urbano da América Latina. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- Ringback, B. 2008. Management Plan for World Heritage Sites: a practical guide. Bonn: German Commission for UNESCO.
- Serviço Provincial da Cultura de Sofala, sector do património cultural Edificado. S/d. Inventário do Património Edificado d Baixa da Cidade da Beira.
- Stovel, H. 2009. *Effective Use of Authenticity and Integrity as World Heritage Qualifying Conditions*. By CECI. 21-36pp.
- Zancheti & Hidaka. 2014. *Declaração de significância de exemplares da arquitectura moderna*, centros de estudos avançados da conservação integrada (CECI).

Entrevistas

Entrevista com Micas Jamisse, comerciante, 15 de Abril de 2014 local da entrevista casa dos bicos

Agostinho Varela, chefe de Departamento Provincial de Património Cultural , local da entrevista, Departamento do Património Cultura del Sofala, 17 de Outubro de 2014.

Entrevista com Domingos Zacarias Professor de dança moçambicana casa provincial de cultura, Sofala, local da entrevista Casa provincial de Cultura Sofala em 16 de Abril de 2014.

Anexo - Guião de Entrevistas

Parte I - identificação da pesquisadora

Título do Projecto: *Gestão de Conjuntos Históricos em Moçambique: O Caso da Baixa da Cidade da Beira*

Âmbito do Projecto: Pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de culminação dos estudos no curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

Instituição: Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Investigadora: Fátima Maria Guilherme Dionísio Chale

Telefone: 826904486

Email: chalefatimabr@gmail.com

Parte II - identificação do entrevistado

Nome:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade (só para os visitantes):

Ocupação/profissão:

Local de residência:

Local da entrevista:

Parte III - parte interessada, objectivo da entrevista e questionário

Parte interessada (a ser entrevistada).	Objectivo da entrevista (tipo de informação que pretende obter) definidos de acordo com os objectivos do trabalho.	Questionário (perguntas que constituem corpo da entrevista semiestruturada), numa media de 6 questões por entrevistado.
Direcção provincial do ARPAC (Sofala)	Documentação do património edificado da cidade da Beira em particular da Baixa da cidade	Inventário e levantamento dos principais monumentos ou locais históricos da cidade da Beira?
Direcção Provincial de Educação e Cultura (Sofala)	Significado Cultural e gestão do conjunto urbano da baixa	1. As pessoas sabem (quem sabe/quem não sabe) que a Baixa é

	da cidade da Beira	<p>Classificada como conjunto urbano histórico?</p> <p>2. Qual o historial da conservação e preservação deste conjunto histórico (que instituição teve/tem a tutela/responsabilidade de cuidar da Baixa)?</p> <p>3. Como funciona o sistema da gestão do património edificado e quem faz (principal responsável)?</p> <p>4. Existe uma lei específica de protecção do património edificado se existe qual é e se não existe porque?</p> <p>5. Que acções são levadas a cabo para disseminar a importância do património edificado e qual tem sido o resultado.</p> <p>6. Qual é o quadro institucional da baixa da cidade e existe uma colaboração com outras instituições?</p> <p>7. Quanto a conservação e gestão do património cultural edificado possuem técnicos suficientes?</p>
Conselho Municipal da cidade da Beira	Significado Cultural e gestão do conjunto urbano da baixa da cidade da Beira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Historial da conservação do património edificado (incluindo problemas de sua conservação); 2. Procedimentos em relação as intervenções na área histórica/protegida da Baixa. Quais os limites? Quem autoriza? Como e que o CMCB se articula com outras instituições (Ministério da Cultura) a luz da Lei 10/88 sobre o Património Cultural? 3. Esta instituição de acordo com a Lei 10/88 de 22 de

		<p>Dezembro é o depositário de todos os Bens Imóveis da Cidade da Beira, e responsável pela sua manutenção e comunicação a entidade que superintende o sector da cultura, sobre qualquer alteração que se pretende fazer a um imóvel.</p> <p>No caso de intervenções ou reabilitação dos edifícios que constituem o património edificado recorrem a direcção provincial de Educação e Cultura?</p> <p>4. Que Lei define a natureza do Município. Que Lei através da qual foi criado o Conselho Municipal da Cidade da Beira. Quais as atribuições e responsabilidades do CMCB em relação o património edificado.</p>
Comunidade local (Baixa da Cidade da Beira)	Significado Cultural e gestão do conjunto urbano da baixa da cidade da Beira	<p>1. Acha que a Baixa e um sítio importante, porque a consideram importante?</p> <p>2. Quais são as lembranças que têm da baixa da cidade?</p>

Gostaria de acrescentar alguma informação que considere pertinente?

Tem alguma pergunta que gostaria de fazer?

Muito obrigada pela atenção e pelo apoio prestado!